

Sexta-Feira, 10 de Julho de 2026

Max Russi defende voto secreto para vetos e diz que medida garante independência parlamentar

O TJMT derrubou o voto secreto na ALMT

Danilo Figueiredo e Márcio Eça do rufandobombnews

A decisão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) que acabou com o voto secreto na Assembleia Legislativa durante a análise de vetos do governador repercutiu imediatamente no Parlamento estadual nesta quarta-feira (20). Enquanto o governador em exercício, Otaviano Pivetta, declarou ser favorável ao voto aberto em todas as matérias, o presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi, saiu em defesa da manutenção do sigilo nas votações de vetos.

A mudança foi determinada pelo TJMT após ação movida pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso (Sinjusmat). O relator do caso, desembargador Márcio Vidal, votou pela inconstitucionalidade do trecho da Constituição Estadual que permitia votação secreta para manutenção ou derrubada de vetos do Executivo.

Durante entrevista, Max Russi afirmou que o voto secreto garante mais liberdade aos parlamentares, especialmente aos deputados da base governista.

“Isso dá liberdade para o parlamentar. Fica mais fácil conseguir derrubar vetos do governo, a base votar de forma independente. O importante é dar liberdade ao parlamentar para votar de acordo com a sua consciência”, declarou.

O presidente da ALMT argumentou ainda que, em votações abertas, o governo acaba exercendo maior influência sobre os deputados.

“Com o voto aberto, o governo exerce muito mais força, tem muito mais domínio sobre a vontade dos parlamentares. Eu prefiro os deputados podendo votar de forma isenta, de acordo com a consciência”, completou.

Já Pivetta defendeu transparência total nas votações legislativas e afirmou ser favorável ao voto aberto não apenas para análise de vetos, mas em todas as deliberações da Assembleia.